



O 24 de Abril entregou-nos Escola putrefactas e em estado total de degradação pedagógica. Formular um juízo sobre o estado actual da Universidade Portuguesa, ignorando, por um lado, esta pesada "herança" e, por outro, as condições socio-políticas vividas ao longo dos últimos dois anos e meio, não seria só irrealista, seria sobretudo fruto de uma total ignorância política e de incompreensão da dinâmica social em que as Escolas, necessariamente, se inserem.

Tais considerações não excluem no entanto, antes confirmam, a inevitabilidade de insuficiências. Porém, ninguém melhor que as próprias Escolas tem consciência dessas insuficiências, sendo inegável o esforço que na generalidade tem sido efectuado para as liquidarem.

A estabilidade possível da vida escolar, sobre os condicionamentos já referidos, resulta sem sombra de dúvida da institucionalização da gestão democrática, conseguindo mesmo superar os não pequenos obstáculos decorrentes da indefinição, fluidez e variabilidade dos critérios do MEIC, resultantes das sucessivas modificações das equipas ministeriais e ainda do manifesto boicote à gestão democrática que inúmeras vezes se verificou por parte dessas mesmas equipas. A gestão democrática recuperou pedagógica e cientificamente Escolas em adiantado estado de degenerescência, reformulando currículos, liquidando o ensino de tipo medieval o que exigiu o repensar a relação quantitativa e qualitativa entre docentes e discentes.

É por isso que estamos certos que o abandono ou mesmo a violação de qualquer das normas fundamentais da gestão democrática, não conduzirá à superação das dificuldades e insuficiências por ventura ainda existentes, mas pelo contrário, ao aparecimento de obstáculos ainda mais graves, de erros mais numerosos e mais profundos. Significaria ainda introduzir uma instabilidade crescente na vida universitária portuguesa.

As Escolas que são portadoras da experiência mais rica em todos estes domínios, não negando evidentemente a necessidade de correções, aperfeiçoamentos e preenchimento de lacunas, entendem firmemente que por isso mesmo não podem ser ignoradas em qualquer esforço sério no sentido de avançar na melhoria da gestão democrática, a única via que serve verdadeiramente os interesses do País.

Eis abreviadamente, as razões pelas quais a reunião conjunta de representantes dos Conselhos Directivos da generalidade das Escolas Superiores do País, bem como de Associações de estudantes, guiados pela suprema preocupação de assegurar e aperfeiçoar um sistema de

ensino que esteja efectivamente ao serviço do desenvolvimento económico, tecnológico, social e cultural da colectividade portuguesa.

Neste sentido exigem do MEIC :

- F
46 - 1 - 7
- 47 - 0 - 7
- 50 - 1 - 3
1. - A sua participação no processo de reformulação do actual sistema de gestão das Escolas de Ensino Superior, bem como em todos os outros aspectos da política educacional, nomeadamente no que respeita à definição das coordenadas do estatuto Universitário nos seus aspectos axiais ;
 2. - A ^{eleição democrática} ~~sua participação na escolha~~ das equipas reitorais (reitor e vice-reitores) das diversas Universidades ;
 3. - Afirmam-se dispostos a defender ^{intransigentemente} ~~por todos os meios~~ os princípios fundamentais consignados no actual decreto de gestão ^{democrática} exigindo do MEIC o respeito por estes mesmos princípios.

Lisboa, 6 de Outubro de 1976

1 voto contra
43 - a favor
10 abstenções

HOCAO 2

- Proposta - 52 a favor / 2 loutra / 5 abstenções
- Considerandos - 45 a favor / 2 loutra / 12 abstenções

Os representantes das diversas Escolas de Ensino Superior, presentes no Encontro Nacional de Conselhos Directivos e Associações Estudantis, em 6 de Outubro de 1976, tendo analisado o conteúdo dos dois decretos recentemente anunciados, relativos à intervenção do MEIC no ensino superior, exprimem a sua extrema preocupação pelas suas consequências à luz das razões seguintes :

- A) Atribuirem-se apenas a erros e insuficiências por ventura ainda existentes, neste grau de ensino, aos vícios da gestão democrática dos ultimos dois anos e meio, omitindo-se as verdadeiras razões dessas dificuldades e erros, bem como os inegáveis êxitos da gestão democrática;
- B) O ressaltar de critérios que sobre a capa da eficiência pedagógica, mais não são do que critérios de carácter político os quais a serem aplicados, conduziriam a todo um conjunto de atropelos que nada têm a ver com a eficiência pedagógica;
- C) Tais critérios ignoram a participação das próprias escolas na sua definição e violando gravemente e de uma forma inédita nos últimos anos a autonomia da Universidade.
- D) Ignoram até a participação das Escolas nas decisões pontuais para aplicação das medidas propostas;
- E) A instabilidade da situação profissional da generalidade dos docentes universitários, motivadora de uma luta pela promulgação de um estatuto da carreira docente que definitivamente ultrapasse, luta essa cuja justeza, embora repetidamente reconhecida pelo MEIC nunca foi concretizada, vem adicionar-se uma ampla margem de insegurança, motivo bastante para criar situações de "degradação pedagógica" resultantes da fuga para situações profissionais menos instáveis. Tudo nos leva assim a crer que a "degradação pedagógica" é o objectivo da actual politica do MEIC para mais facilmente iniciar a repressão sobre a Universidade.

Neste sentido exigimos :

1. - A revogação desta legislação elaborada à margem da Universidade; A participação na elaboração de legislação que seja considerada conveniente para a reformulação do estatuto das Escolas que actualmente compõem a Universidade;

.../

2. - Consideram uma grave violação da ética universitária que qualquer membro da comunidade universitária aceite nestas circunstâncias fazer parte das comissões agora criadas pelo MEIC;

3. - Os signatários chamam ainda a atenção para a instabilidade crescente que a ignorância dos propositos aqui formulados trará à vida universitária e exprimem a sua total disposição de continuar a trabalhar abnegadamente pelo reforço e aperfeiçoamento da gestão democrática, tendo em vista o progresso do nível científico, tecnológico e cultural nas escolas que representam. Realmente estão certos de traduzir a vontade maioritária de todos quantos trabalham nas Universidades pelo quais foram democraticamente eleitos.

Lisboa, 6 de Outubro de 1976

Os Conselhos Directivos :

ISE

FEP

FEC

ISCTE

ISCSP

ESESE BJC

ISSS L

ISSS P

As associações de estudantes de:

ISE

FEP

ISCTE

ISCSP

ESESE BJC

ISSS L